

Governadores se mobilizam pela reforma tributária



Os governadores Orestes Quércia (São Paulo) e Waldir Pires (Bahia), na saída do gabinete de Quércia após a reunião

Jorge Araújo

Da Reportagem Local,
das Sucursais e dos Correspondentes

O desenvolvimento de um esforço comum de todos os governadores para fazer com que o Congresso constituinte aprove sem modificações o texto sobre reforma tributária elaborado pela Comissão de Sistematização foi acertado ontem em três reuniões envolvendo os governadores Orestes Quércia, de São Paulo, Wellington Moreira Franco, do Rio, Tasso Jereissati, do Ceará e Waldir Pires, da Bahia em encontros no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, e no Palácio da Guanabara, sede do governo fluminense. Hoje o assunto continua no Rio, onde Moreira recebe Quércia. Até o final da semana o governador paulista deverá se encontrar com Newton Cardoso, de Minas, e Fernando Collor de Mello, de Alagoas. A reforma, se aprovada, aumentará em cerca de 15% a participação dos Estados e municípios na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Pela manhã, o assunto foi debatido em São Paulo entre Quércia e Jereissati. O governador paulista disse que "setores do governo federal ligados a alguns ministérios estão pressionando para que a reforma, uma conquista dos Estados e municípios, não saia". De São Paulo, o governador cearense foi ao Rio se encontrar com Moreira Franco. "Queremos que a reforma seja aprovada exatamente nos mesmos termos propostos pela Comissão de Sistematização", disse Tasso Jereissati à imprensa, secundando a opinião do governador fluminense de que "no fundamental não há o que negociar" com o governo federal, que discorda do texto.

Moreira Franco declarou-se disposto a "combater as pressões de setores do próprio governo que não aceitam a democracia, não querem a liberdade, a descentralização e não querem o federalismo porque pretendem manter os recursos concentrados, com a sociedade subjugada". Jereissati afirmou que a aprovação da reforma "é questão prioritária" e que "a nova Constituição deverá acabar com o centralismo estabelecido por burocratas que desejam controlar a ação de governadores e prefeitos através da liberação de recursos".

Moreira Franco conferiu aos deputados Francisco Dornelles, Márcio Braga e Simão Sessim a tarefa de conversar com a bancada fluminense no Congresso constituinte. Moreira conversou também com o deputado José Serra (PMDB-SP) sobre o projeto e a melhor forma para a sua aprovação.

Orestes Quércia continua articu-

lando a bancada paulista no Congresso para ver aprovado o capítulo referente ao sistema tributário tal como proposto na Comissão de Sistematização. Quércia disse que "o governo federal precisa aprender a descentralizar". Segundo ele, não há sentido na existência do Ministério de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. "Para que tem MDU, por exemplo? Porque não repassar direto os recursos para as Secretarias de Habitação de cada Estado?", perguntou o governador. No final da tarde, a reforma tributária voltou a ser debatida por Quércia e o governador da Bahia, Waldir Pires, em São Paulo. Waldir afirmou que a atual estrutura de distribuição de verbas mantém o clientelismo e que o novo sistema é fundamental para a implantação efetiva da democracia.

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), disse ontem que "a reforma tributária é uma questão de vida ou morte para nós". Segundo Simon, o projeto da Comissão de Sistematização "não é o ideal mas representa um passo à

frente". Para o governador do Paraná, Alvaro Dias (PMDB), considera fundamental a aprovação do novo sistema tributário e tem como certo o apoio da bancada à proposta da Sistematização.

O governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares (PMDB), recomendou aos cinco constituintes de seu partido (um senador e quatro deputados) que votem na proposta da Sistematização. "Orientei nossos parlamentares para que defendam os interesses dos Estados e municípios, pois nesta questão não dá para seguir qualquer orientação do Palácio do Planalto", disse.

O governador do Maranhão, Epi-tácio Cafeteira (PMDB), disse que não é necessária nenhuma "pressão especial" de sua parte sobre a bancada maranhense, pois, segundo ele, praticamente todos os parlamentares do Estado são favoráveis à diminuição da concentração dos recursos por parte da União. O governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra (PMDB), considera o texto da Comissão de Sistematização fraco mas é favorável a sua aprovação.

Governo tenta evitar transferência do IPI

Da Sucursal de Brasília

O governo federal mobilizou-se nas últimas horas de ontem para evitar a aprovação pelo Congresso constituinte de um sistema tributário que transfere a Estados e municípios cerca de 20% da receita de Imposto sobre Produtos Industrializados cobrados pela União. O esforço, no entanto, esbarrou na própria base de sustentação do governo no Congresso, interessada no fortalecimento das unidades federativas. A votação do capítulo sobre tributos está prevista para hoje.

Na noite de segunda-feira, o secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, reuniu-se com coordenadores do Centrão e apresentou dados que indicam uma perda de receita da ordem de 23% para a União. Para conseguir o apoio dos constituintes do Norte e Nordeste, o governo vem insistindo que estas regiões perdem com o novo sistema. Da reunião com Mustafa, aliás, participaram diversos representantes do Nordeste, como Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Lins (PFL-CE) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Entre os nordestinos, por outro lado, a idéia de aumentar os repasses de verbas a Estados e municí-

pios é muito atraente, por fortalecer justamente suas bases eleitorais. Isto porque, na distribuição das verbas dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, o critério válido é inversamente proporcional à renda per capita local. Assim, Estados e municípios mais pobres recebem mais verbas.

"Sou a favor deste fortalecimento", diz, por exemplo, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA). "Mas não se pode esvaziar totalmente a União e a transferência de verbas precisa ser acompanhada pela transferência de encargos e responsabilidades". A mesma opinião foi manifestada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após reunião com o presidente José Sarney e mais oito ministros da área política e econômica do governo, na qual o tema foi analisado. Segundo Costa Couto, o presidente reconheceu que houve centralização excessiva na receita fiscal da União, mas defendeu um novo sistema que permita o equilíbrio da distribuição.

Diante das dificuldades de modificar as porcentagens dos Fundos de Participação (os Estados passam de 14% para 21,5% do IR e IPI arrecadado pela União; os municí-

pios passam de 17% para 22,5%), o governo deverá centralizar esforços para manter em sua esfera os impostos únicos sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, minerais, transportes e comunicações. O projeto embute estas taxas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cobrado pelos Estados. Das perdas da União, os impostos únicos representam apenas um quinto, mas, apesar disto, o governo concentrará sua pressão neste aspecto do capítulo.

O governo pretende fundir emendas do deputado Mussa Demes (PFL-PI) e José Lourenço (PFL-BA) para conseguir, ao mesmo tempo, diminuir a transferência para Estados e municípios e assegurar os impostos únicos para a União. Um dos principais inspiradores do texto em votação, o deputado José Serra (PMDB-SP), reuniu para um almoço o próprio Mussa Demes e outros representantes do Nordeste, procurando convencê-los de que a região não sofre perdas com o sistema proposto. Serra deixou o encontro confiante num acordo. Pelos cálculos de técnicos do Ministério da Fazenda, o texto de Demes acarreta perdas da ordem de 21,5% na arrecadação da União.